

Capricha!

Negociações estão na reta final...

... e trabalhadores das empresas data base março deliberam propostas finais. Na Potencial, Fasa e CERRP só falta assinar o ACT. Já na Medral e na Metrowatt, as propostas foram rejeitadas e os trabalhadores solicitam a reabertura das negociações

As negociações para a Campanha Salarial 2012 nas diversas empresas data-base março já estão sendo concluídas. Na **Potencial**, por exemplo, no último dia 18, os trabalhadores aprovaram a proposta, resultada de seis rodadas de negociação.

O reajuste com aumento real proposto é de 6,6% (ICV-Dieese 5,83% + AR 0,73%) sobre salários, piso e benefício, e de 11,11% para a PLR, que chegou a R\$ 300. A proposta anterior havia estacionado nos 6% de reajuste sobre salários, piso e benefícios e PLR de R\$ 285 igual para todos, com os mesmos critérios estabelecidos no ACT vigente.

Proposta aprovada na Fasa...

Os trabalhadores da Fasa aprovaram a proposta no dia 11 de abril com reajuste de 7% (ICV Dieese + 1,09% aumento real) sobre salários e benefícios. O VA/VR passará de 200 para 215. Para os trabalhadores de Três Irmãos: VR a diferença e R\$52 passa para R\$56.

... e também na CERRP/União

A proposta negociada entre Sindicato e a CERRP/União garantiu aos trabalhadores um reajuste de 10% nos salários e também no piso. Aprovada no dia 14 passado, a proposta inclui importantes cláusulas sociais

visando a melhoria nas condições de trabalho, saúde e segurança. Mais: prevê aumento do VR e VA, que passa de R\$ 200 para R\$ 300, e inclusão de cláusulas como Adicional de Periculosidade, combate às práticas anti-sindicais direito à representante sindical e de participação em cursos ou encontros.

Já na Medral...

A proposta 'final' foi submetida à avaliação dos trabalhadores e rejeitada no último dia 19.

O Sinergia CUT já enviou carta para a empresa informando a decisão da categoria e solicitando a reabertura do processo de negociação. Vale destacar que o Sindicato já havia manifestado na mesa ser contra a proposta de reajuste escalonado, por discriminar os trabalhadores. A proposta rejeitada previa reajuste de 7% para salários abaixo de R\$1000 e de 5,9% para os demais salários; reajuste de 5,9% no valor da PLR, tíquete de R\$ 180 e piso salarial de R\$ 700

... e na Metrowatt...

No dia 18, um dia antes da assembleia na Medral, os trabalhadores da Metrowatt/MW Service também consideraram insuficiente a proposta 'final' apresentada pela empresa.



Trabalhadores aprovam proposta na Potencial. Confira como estão as negociações com as outras empresas na página 03

Claudinei Cecato

Conclusão: a proposta foi rejeitada.

A categoria espera uma melhora na proposta que até então havia atingido reajuste salarial de 8,55%. A Cesta Básica passaria de R\$ 150 para 175 e o Vale Refeição ficaria em R\$ 7. Como lanche para as horas extras, o valor seria de R\$ 4,90. A proposta previa também a PLR em forma de bonificação limitada a 80% do salário base a ser pago em qua-

tro parcelas iguais de 25%, sendo pagas em maio, agosto e novembro de 2012 e a última parcela em fevereiro de 2013. Além disso, a vigência do ACT seria de um ano e as cláusulas pré-existentis seriam mantidas.

Atendendo a deliberação dos trabalhadores da Metrowatt/MW Service, o Sinergia CUT já solicitou a reabertura do processo de negociação.

Data-base junho

Categoria aprova pauta de reivindicações

Trabalhadores definem as pautas em assembleias deliberativas para construir ACTs no capricho!

O Sinergia CUT já iniciou as assembleias deliberativas para definir as pautas de reivindicações dos trabalhadores das empresas data-base 1º de junho.

Até sexta (27), os dirigentes sindicais estarão nos locais de trabalho das empresas Comgás, Pierp, CPFL Paulista, Geração e Comercialização e Energia, CPFL Piratininga, Elektro, AES Tietê, CTEEP, Duke Energy, Interligação Elétrica Pinheiros e CESP definindo com a categoria as prioridades

de negociação e também as estratégias para superar as eventuais dificuldades no processo de negociação que começará em junho.

A participação dos trabalhadores nas assembleias é fundamental para o Sindicato obter melhores resultados nas negociações garantindo assim direitos, melhoria nas condições de trabalho e qualidade de vida aos trabalhadores.

É a opinião de cada um, durante todos os processos de negociação, que poderá nortear a luta na mesa de negociação e assim conquistar o melhor resultado para Acordo Coletivo de Trabalho. Capricha!

Data-base maio

Eletrobrás/ Furnas: pauta na mão da empresa

Foi entregue à Eletrobrás, no último dia 24, a pauta Nacional de Reivindicações para a Campanha Salarial 2012. A busca é por um Acordo Coletivo decente e digno aos trabalhadores de todas as empresas do Sistema Eletrobrás.

Para o Sinergia CUT e para o CNE (Coletivo Nacional dos Eletricistas), esta campanha traz consigo pendências antigas, algumas frustrações da campanha anterior e uma vontade muito grande de fazer melhor e avançar mais nas conquistas. "Uma Campanha Salarial que terá exatamente a cara da categoria: tão grande, tão forte, tão aguerrida e tão ousada quanto a categoria for capaz de ser", desafia o CNE, que reafirma o compromisso com a defesa incansável dos interesses dos trabalhadores.

A Pauta Específica de Furnas já foi aprovada em assembleias nos locais de trabalho e será entregue oportunamente à empresa.

Avape, Nova Rio e Bauruense

Os trabalhadores aprovaram as reivindicações, que foram encaminhadas pelo Sinergia CUT às empresas. Capricha!

CAPRICHNA NA CAMPANHA SALARIAL



Destaques desta edição

Aposentadoria Especial

Ministério da Previdência Social ouve Sindicatos

Página 02

AES Tietê é condenada

Justiça determina pagamento de indenização por acidente

Página 03

Fim do Imposto Sindical

Trabalhadores energéticos participam de plebiscito

Página 04

AGONTECEU

28 de abril: Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes de Trabalho

A exemplo de anos anteriores, a CUT e entidades filiadas realizarão atividades em celebração ao dia 28 de abril. Serão denunciadas as péssimas condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores de todos os setores produtivos e cobrada dos empresários e do poder público a responsabilidade por desenvolver programas de prevenção e de promoção de saúde.

Para a Central, as mortes causadas pelo trabalho serão denunciadas como expressão mais contundente da violência sofrida, mas também será dada visibilidade aos transtornos mentais e à dificuldade de reconhecê-los como acidente de trabalho.

As duas grandes atividades programadas para a sexta-feira (27) são:

♦ Ato de Denúncia das Mortes e pela Humanização das Perícias Médicas do INSS, em São Paulo, das 09h às 13h, em frente à agência do INSS, em SP;

♦ Solenidade de assinatura do PLANSAT (Plano Nacional de Saúde do Trabalhador), elaborado pela Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho.

Sinergia participa de mega ato em defesa do emprego

Milhares de trabalhadores, incluindo os energéticos do Sinergia CUT, participaram no dia 04 de abril do Grito de Alerta em Defesa da Produção e do Emprego, promovido por entidades sindicais e empresariais na Assembleia Legislativa de São Paulo. O protesto, que teve entre seus organizadores a CUT, reivindica a proteção ao emprego e à produção nacional e integra série de atividades que estão sendo realizadas em várias capitais brasileiras.

Ocorrida um dia após o governo federal anunciar ações econômicas para estimular o crescimento (como a redução de tributos e a desoneração da folha de pagamento das empresas, entre outras), a manifestação foi além ao focar também na necessidade de políticas estaduais. Para o presidente da CUT nacional, Artur Henrique, "o governo federal mostrou que está trabalhando pela indústria nacional e os empregos, mas os governos estaduais também precisam colaborar, promovendo com uma redução geral de alíquotas de ICMS para aumentar vendas e estimular os investimentos da indústria", afirmou.



Na luta pelo retorno da Aposentadoria Especial

Sinergia CUT esteve presente em reunião em Brasília entre Ministério da Previdência Social e sindicatos urbanitários para discutir a volta da aposentadoria especial

O Sinergia CUT participou, no último dia 03 de abril, em Brasília, de reunião entre os representantes do movimento sindical e o Ministério da Previdência Social para discutir a retomada da aposentadoria especial para os trabalhadores urbanitários. Além do Sinergia, estiveram presentes ao encontro dirigentes da FNU (Federação Nacional dos Urbanitários), do Sindeletró-CE, o Sindeletró-MG e os eletricitários de SP.

O objetivo maior desse encontro com o Diretor do Departamento de Política de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social, Cid Pimentel, foi reabrir as negociações que estavam paralisadas há alguns meses, apesar da insistência da Federação e dos

Sindicatos em retomar essa discussão para sua aprovação o mais rápido possível.

Na visão das entidades, a reunião foi positiva na medida em que se pode apresentar as argumentações sobre a importância da retomada da aposentadoria especial e de expor dados técnicos, fruto de uma ampla pesquisa encomendada pelas entidades sindicais ao Professor Nestor Mendez. Tais dados comprovam a agressividade da radiação não ionizante para os trabalhadores que ficam expostos a ela em suas atividades.

Cid Pimentel se comprometeu a realizar uma nova reunião em até 30 dias, pois segundo ele, esse período será utilizado para buscar mais informações

sobre o tema e conversar com o Governo, antes de apresentar qualquer proposta.

O Sinergia CUT, a FNU e as demais entidades estão atentas a esse prazo. Caso não haja o cumprimento ou não se avance mais sobre a retomada da aposentadoria especial, serão estudadas outras alternativas possíveis, "até porque não podemos mais esperar tanto tempo por um direito que é nosso e que nos foi tirado por um governo neoliberal. Acreditamos que este momento já passou e foi derrotado nas urnas pelo projeto político de caráter popular e democrático, que tem por obrigação mudar essa legislação que fere um direito do trabalhador. Estamos atentos", afirma a direção da FNU.

Juiz desobriga Sindicato de fornecer "Informes de Rendimentos" do pagamento da Peri da CTEEP



Apesar de nossa discordância e independente do recurso que será interposto, o Sindicato disponibilizará os dados aos

substituídos para evitar mais delongas

Recordando: Desde o início do ano o Sindicato vem insistindo com a empresa para que forneça o INFORME DE RENDIMENTOS aos trabalhadores ou envie os dados ao Sindicato. Conforme o acordo judicial ela era a responsável por eventuais recolhimentos à Receita Federal e à Previdência Social e por consequência, possuía todos os dados para fazer os Informes. Recentemente o Juiz do processo determinou que a mesma fornecesse o documento aos beneficiados.

A CTEEP, inconformada com esta decisão, pediu reconsideração ao juiz em 26/03/12 e juntou dados ao processo que comprovam que não houve retenção de Imposto de Renda de nenhum dos trabalhadores.

Em nova decisão o Juiz desobrigou as partes do compromisso de fornecer INFORMES DE RENDIMENTO:

" (...) 2. E tendo em vista os argu-

mentos da empresa, bem como a documentação por ela apresentada, verifico lhe assistir razão nos aspectos que se diz desobrigada do fornecimento de documento comprobatório do pagamento feito aos Reclamantes em razão de acordo celebrado na presente ação.

3. É que o artigo 86 da Lei 8.951/95 determina que seja isso feito somente nos casos em que o recebimento de valores implique em retenção de imposto de renda na fonte. E os demonstrativos juntados à petição nº 065809 comprovam que, em razão da aplicação das diretrizes da IN 1127/2011 da RFB, nenhum dos substituídos teve retidos recolhimentos fiscais do montante pago pela empresa."

Ou seja, segundo o Juiz se não há valor retido na fonte, não existe a necessidade de informar qualquer rendimento, mas determinou que a CTEEP encaminhasse ao sindicato por via eletrônica no prazo de 48 horas da ciência do despacho, os dados necessários para os trabalhadores declararem o Imposto de Renda.

Apesar de nossa discordância sobre

a obrigatoriedade de fornecimento do "Informe de Rendimentos" independente do recurso que será interposto por isso, o sindicato estará disponibilizando os dados aos substituídos para evitar mais delongas.

Atenção!!!

O Sindicato está fornecendo apenas a informação que foi fornecida pela CTEEP para que cada um faça sua Declaração do Imposto de Renda, pois, segundo o juiz o art. 86 da lei 8951/95 determina que somente em caso de retenção é obrigatório o fornecimento do INFORME DE RENDIMENTOS.

Lembramos ainda, que somente aqueles que receberam em Dezembro 2011 vão incluir os valores na sua Declaração. Os que receberam a partir de janeiro 2012 somente vão incluir estes valores em sua declaração em 2013.

O Sindicato disponibilizou, desde o último dia 13 de abril, uma linha direta para fornecer a informação aos trabalhadores ou herdeiros/beneficiários através do número de telefone 19 - 37394609 (Marcia Weber) e 19 - 3739-4600, ramal 4648 (Patrícia Fernanda).



Campanha Salarial 2012

Grupo Rede apresenta proposta de ACT

Assembleias somente após empresa encaminhar proposta oficial

Com data-base em abril e, já na 4ª rodada de negociação, realizada no último dia 20, o Grupo Rede Energia apresentou uma proposta de Acordo. Confira os principais itens:

✓ Reajuste Salarial: 4,97% (INPC) nos salários com 1,26% de Aumento Real, totalizando 6,29%

✓ Piso Salarial: 4,97% de reajuste passa de R\$ 885 para R\$ 929,10

✓ VA com 8,8% de reajuste, passando de R\$ 165 para R\$ 180.

✓ VR com 11,01% de reajuste, passa de R\$ 336,60 a R\$ 374.

A participação do trabalhador do trabalhador no VR passa a: 12% para quem pagava 20%; 7% para quem pagava 10% e 3% para quem arcava com 5%

Referente aos afastados por acidente de trabalho, auxílio doença e auxílio maternidade, o benefício alimentação e refeição passa de três para seis meses de concessão

✓ Seguro de vida: Passa de R\$ 26.000

para R\$ 28.901,91 num total de 7,31%

✓ Adicional de KM: reajuste de 7,14%, passando de R\$ 112 para 120.

A empresa se comprometeu a colocar no Acordo Coletivo que as partes discutirão em 90 dias a extensão desse benefício aos técnicos e leituristas autorizados a dirigir veículos.

✓ Reembolso Medicamentos: reajuste de 11,01%, passando de R\$ 90 para R\$ 100

✓ Auxílio Creche: 6,8% de reajuste, aumentado de R\$ 257 para R\$ 275 para filhos de até três anos (aumento de um ano em relação ao ACT passado)

✓ Gratificação de Férias: reajuste de 6,29%, passando de R\$ 1.977,77 para R\$ 2.102,17

CAPRICHINA NA CAMPANHA SALARIAL



✓ Política de Emprego: elaboração de estudos visando a implementação no prazo de 90 dias após a assinatura do acordo.

✓ Vigência: 2 anos

✓ UNIMED: a empresa arcará com o repasse da ANS no valor de 30%

✓ Plano Odontológico: A empresa arcará com o repasse da Odontoprev de 20%

✓ Manutenção das cláusulas pre-existentis

✓ Bolsa de Estudos: a

empresa se comprometeu a retomar imediatamente o programa de bolsa de estudos que se encontrava suspenso em virtude da crise financeira da empresa

A direção do Sinergia CUT aguarda a proposta oficial que deverá ser encaminhada pela empresa para depois realizar assembleias com os trabalhadores.

Autoritarismo na PRR CESP

A CESP enviou neste mês de abril o termo de acordo, solicitando assinatura do Sindicato para efetuar o pagamento da PRR 2011. Segundo a empresa, em função dos 'problemas existentes' nos indicadores TEIFA e ISSO, os valores a receber ficarão em 68,35% do total.

O Sinergia CUT imediatamente enviou uma correspondência para a empresa solicitando reunião para tratar do referido assunto. Na ocasião foram apresentados pela CESP os números oficiais apurados, bem como os locais onde houve eventos que impactaram na apuração.

O Sinergia CUT reafirmou sua posi-



ção contrária a atitude do governo que impôs aos trabalhadores metas inatingíveis para a PRR 2011. Isso porque em novembro de 2010, empresa e Sindicato negociaram as metas da PRR, que foram aprovadas em assembleia pelos trabalhadores. No entanto, em março de 2011 a CESP enviou as metas ao CODEC, porém o órgão afirmou não aceitá-las e colocou arbitrariamente novos números a serem cumpridos.

Por não concordar com esta posição de impor condições aos trabalhadores que não foram negociadas, o Sindicato enviou carta, desta vez, ao presidente da empresa para tratar do assunto.

Quatiara chega a 6% de reajuste

No dia 13 de abril, Sinergia CUT e Quatiara, empresa que tem data-base março, realizaram a segunda rodada de negociação nesta Campanha Salarial 2012. Foram necessárias mais de 13 horas de reunião até a empresa abrir mão da reposição salarial pelo INPC (5,47%) e chegar na proposta de reajuste de 6% (5,83% pelo ICV Dieese + 0,16% de Aumento Real) sobre salários e VR. Além do reajuste, a proposta prevê R\$ 250 de ticket em forma de abono.

Ainda foram incluídas cláusulas sociais. A direção do Sindicato aguarda a proposta por escrito para analisá-la e, posteriormente, encaminhar para as assembleias.

Acidente e morte

AES Tietê é condenada a pagar indenização de R\$ 200 mil

Acidente fatal aconteceu em maio de 2009, na usina de Ibatinga. Sentença judicial foi proferida no último dia 11 de abril. Presta atenção, AES Tietê!



"Assim, o desrespeito pela empregadora aos direitos trabalhistas de vários de seus empregados, chegando a vitimar fatalmente um deles, acarreta ofensa aos valores constitucionalmente consagrados como o valor social do trabalho, a busca pelo pleno emprego, dignidade da pessoa humana e boa fé contratual. Isso faz com que haja um desapareço e uma perda de valores que ecoam negativamente em todo um grupo de trabalhadores, bem como às suas famílias e coletividade (...)". Tais afirmações estão inseridas na sentença judicial de primeira instância proferida pela juíza do Trabalho Márcia Cristina Sampaio Mendes.

A ação, que resultou nesta sentença, foi movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) devido a um acidente ocorrido na usina de Ibatinga e que vitimou fatalmente o trabalhador Ivan Olegário Teixeira, em 24 de maio de 2009.

As causas...

A tragédia levou o MPT a instaurar investigação e fiscalização no local de trabalho. A apuração dos fatos concluiu

que a culpa pelo ocorrido é da empresa por exigir horas suplementares em descumprimento à legislação e ao ACT e por ferir moral e coletivamente a comunidade ao exigir jornada de trabalho elástica gerando as condições para a ocorrência de acidentes.

Vale ressaltar que o trabalhador morto estava a serviço havia mais de 11 horas. "O acidente em questão aconteceu em um dia de domingo, durante o cumprimento de horas excedentes, circunstância que compromete a segurança do trabalhador que, exauto, perde a condição de imediata reação", diz o relatório do MPT que vai além:

"(...) a Requerida impõe aos trabalhadores labor excedente (...) em domingos, sem permissão da autoridade competente e sem ocorrência de necessidade imperiosa de serviço. A circunstância foi atestada pelo Ministério do Trabalho em análise dos cartões pontos exibidos na data da apuração dos fatos".

... a consequência...

E o relatório traz a triste observação: (...)

a vítima estava a laborar por 11 horas consecutivas, levando a crer que sua jornada se estenderia ainda mais caso o lamentável acidente não tivesse culminado com seu prematuro falecimento".

Apesar de tantas evidências, a AES Tietê se recusou a assinar um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) com o MPT que, por sua vez, moveu a ação judicial.

... a sentença

Na petição, o Ministério Público afirma que a conduta da empresa de desrespeitar preceitos da segurança do trabalho, "atenta contra a dimensão moral da comunidade em que se inserem os trabalhadores, gerando um sentimento disseminado de insegurança quanto à saúde, integridade física e mental dos membros dessa comunidade".

Na busca pelo equilíbrio entre o objetivo de compensar as vítimas e a necessidade de estabelecer um mecanismo pedagógico disciplinar capaz de alterar a conduta danosa da empresa, o MPT solicitou à Justiça indenizações por dano moral coletivo. E a Justiça julgou proce-

CURTAS

IE Pinheiros e Sindicato discutem assuntos pendentes

No dia 11 de abril, a IE Pinheiros prestou esclarecimentos ao Sinergia CUT em relação a questionamentos feitos pelo Sindicato, em dezembro do ano passado. Sobre o trabalho isolado e operadores, a empresa informou que contratou em março cinco operadores para todos os locais, totalizando 10 trabalhadores por S/E. Também foram feitas promoções.

A assistência médica está sendo solucionada com a implementação do convênio com a Unimed em todas as regiões. Sobre o Horário In-itinere, a empresa informou que a área jurídica está analisando a questão. Outra pendência está na implementação da CIPA. A empresa ficou de apresentar ao Sindicato uma proposta.

CPFL Jaguariúna: PLR 2011 caiu na conta

Após dez rodadas de negociação, foi assinado entre o Sinergia CUT e a CPFL Jaguariúna, no dia 13 passado, o Termo Aditivo ao ACT 2011 / 2012 regulamentando o pagamento da PLR 2011. Foi a resistência dos trabalhadores aliada à capacidade de negociação do Sindicato que impediu que o pagamento da PLR 2011 ficasse atrelado à PLR 2012, uma vez que a empresa insistia em condicioná-la a indicadores técnicos e outros. Com isso, o valor foi pago no dia 23 passado. Quanto à PLR 2012/2013, a discussão será feita durante as negociações da Campanha Salarial.

Eleição CG na Elektro: mais uma vitória dos trabalhadores!

A companheirada da Elektro votou e elegeu seus candidatos ao Comitê Gestor de Investimento e Previdência da Fundação CESP. Adilson Dias de Oliveira (titular) e Rosane Cardoso de Barros (suplente), apoiados pelo Sinergia CUT, foram os vencedores. O pleito ocorreu no dia 11 de abril. Valeu!

dente o pedido.

Com isso, condenou a AES Tietê a pagar indenização por danos morais de R\$ 200 mil em favor do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e a cumprir diversas obrigações visando a segurança no trabalho.

Não brinque com vidas, AES Tietê!

Não é de hoje que o Sinergia CUT vem denunciando as consequências da precarização do trabalho promovida pela geradora. São demissões arbitrárias, assédio moral, jornada excessiva, não cumprimento das folgas legais, entre outras causas que deixam péssimo o clima organizacional provocando esgotamento físico e mental e acidentes graves e fatais.

Por isso mesmo, o Sindicato está preparando ação judicial contra a AES Tietê referente aos processos de terceirização e quateirização. "Queremos mudar o rumo dessa história. Chega de doenças, acidentes e morte. Queremos trabalho e qualidade de vida", afirma a direção do Sinergia CUT.

Setor Energético

Energéticos participam de plebiscito sobre o fim do Imposto Sindical

Urnas itinerantes estão percorrendo todas as macrorregiões do Sinergia CUT, com ampla participação da categoria

O Sinergia CUT está realizando assembleias e levando urnas itinerantes até os locais de trabalho das empresas energéticas em todo o estado. Os dirigentes falam sobre a importância de acabar com o imposto sindical, que é uma contribuição compulsória descontada anualmente no mês de março e que equivale a um dia de jornada de cada trabalhador. E os trabalhadores são convidados a depositar sua opinião na urna. O Sindicato integra a campanha da CUT para combater esse imposto por entender que ele faz parte de uma estrutura sindical antiga, da Era Vargas, que impede a livre organização dos trabalhadores. O plebiscito, que ocorre em todo o Brasil, faz parte da campanha da CUT pela Liberdade de Organização, com a ratificação da Convenção 87 da OIT. A consulta nacional estava prevista para terminar no dia 30 de abril, pelas Esaduais da CUT, pelos Ramos e pelos sindicatos, mas foi prorrogada até o dia 15 de junho. As urnas estão sendo colocadas também em locais de grande concentração, como shoppings, praças, metrô, rodoviárias, pontos de ônibus, etc. Participe!



Trabalhadores da Potencial em Sta. Bárbara expressam sua opinião sobre o Imposto Sindical...

...assim como o pessoal da CTEEP de Bauru...



...e os trabalhadores da CPFL em Ribeirão Preto



Na CPFL, em Campinas, o plebiscito mobilizou os trabalhadores, que depositaram o voto na urna

Fotos: Roberto Claro

Terceirização é debatida na Unicamp

Dirigentes do Sinergia CUT acompanharam o seminário A Terceirização e seus Impactos sobre o Mundo do Trabalho: Dilemas, Estratégias e Perspectivas, realizado no CESIT/Unicamp nos dias 12 e 13 de abril.

Diversos especialistas, estudiosos e lideranças do movimento sindical contribuíram com intervenções e reflexões sobre o tema. O presidente da CUT Nacional, o eletricitário Artur Henrique participou de uma das mesas, chamando a atenção do público para a necessidade de uma regulamentação com regras duras que encareçam essa forma de contratação. Para ele, se o PL 4330 de autoria do deputado federal Sandro Mabel for aprovado, "vamos ter a pior reforma trabalhista já feita no Brasil. Aqui todos querem acabar com a precarização via terceirização. Temos de traçar estratégias conjuntas de lutas. Esse é um dos maiores desafios que temos", afirmou.

Segundo Artur, o que está em disputa são os rumos do desenvolvimento do país. "Não podemos ser a 6ª ou 5ª economia do mundo e continuar tendo trabalho precarizado, trabalho escravo e infantil e tantas outras mazelas no mundo do trabalho". Para o presidente da CUT, o movimento sindical precisa ter capacidade de ir para às ruas e propor greve contra este projeto de terceirização que está tramitando na Câmara dos Deputados. "Os direitos da classe trabalhadora que constam da CLT têm de ser mantidos. Isso é prioridade do movimento sindical", concluiu.

O juiz do Trabalho Jorge Souto Maior, por exemplo acha que a terceirização

deve acabar. Para ele, "a terceirização aprofunda de forma explícita a lógica da exploração e não pode ser regulada. A terceirização não pode existir," afirmou para aplauso da platéia. Segundo o juiz, a terceirização é perversa, explora, cria um grupo de trabalhadores de segunda categoria, sem direitos. Apesar disso, o juiz concordou que é preciso garantir direitos aos trabalhadores e assumiu o manifesto do Fórum em defesa dos trabalhadores terceirizados.

Para o presidente do IPEA, Márcio Pochmann. "A terceirização é parte de um processo maior na forma de uso do trabalho, na transformação do modo de produção. Nada mais é do que um processo adicional na divisão do trabalho como forma de aumentar a rentabilidade do trabalho", disse ele. "Temos de construir convergência para uma regulação decente".

O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, defende que o movimento sindical tem de aproveitar o momento em que há uma disputa no Congresso Nacional para criar um marco regulatório, regularizar a terceirização impondo limites máximos e mínimos e incentivando as boas práticas nas empresas.

"A regulamentação faz muita diferença para os cerca de 12 milhões de trabalhadores terceirizados do país. Temos de encontrar instrumentos para garantir os direitos desses trabalhadores", disse Clemente.

Prevaleceu entre todos a certeza de que é preciso lutar por uma regulamentação decente, que proteja e garanta direitos aos trabalhadores.

Fonte: CUT Nacional



Roberto Claro

ULTIMAS DA CUT DA

1º de Maio da CUT tem ato com cultura e política

A CUT-SP anunciou em coletiva realizada na sede da Central, os detalhes da programação para comemorar o Dia Internacional do Trabalhador que, em 2012, tem como eixo principal o tema "Diversidade no Brasil e no Mundo – Um Olhar de Cinco Jeitos", valorizando a política, cultura e história das cinco regiões do país numa série de eventos nos dias 30 de abril e no 1º de maio. Com ato político, manifestações culturais e feira gastronômica, o Vale do Anhangabaú também será palco de shows de Leci Brandão, Arlindo Cruz, Belo, Grupo Bom Gosto, Pixote, Paula Fernandes e Elba Ramalho.

A programação envolve, ainda, a realização do Seminário Sindical Internacional com a presença de representantes sindicais dos países que compõem, ao lado do Brasil, os BRICS (China, Rússia, Índia e África do Sul) e o Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), além de governadores convidados representando cada uma das regiões brasileiras. O objetivo do seminário, programado para 26 de abril, no Sesc Belezinho, é refletir e debater o atual modelo de crescimento social, econômico e ambiental com foco no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro e das demais nações participantes.

O presidente da CUT-SP, Adi dos Santos Lima, destacou a mudança no formato do evento, adotada pela CUT nos últimos anos, visando o intercâmbio com os países da América Latina e da África nas discussões sobre o mundo do trabalho.

"Reconhecemos que são fundamentais os laços de solidariedade entre os trabalhadores e trabalhadoras dos diversos países como forma de construção da unidade de luta da classe trabalhadora. Por isso, continuamos investindo nesse novo formato de 1º de Maio, que a CUT adotou desde 2010", completa Adi.

Na coletiva, o presidente da CUT/SP também anunciou a entrega de uma "carta-compromisso" aos pré-candidatos à prefeitura de São Paulo durante ato político no dia 1º de maio, com as propostas dos trabalhadores para a gestão municipal. Ele defendeu a necessidade de diálogo permanente com os prefeitos, não só durante as campanhas eleitorais, e citou a ausência de leis definindo este diálogo entre os sindicatos e os gestores municipais. Outro alerta do dirigente cutista diz respeito aos ínfimos investimentos regionais em mão de obra, que não condizem com os investimentos econômicos nos estados e no nível nacional.

Adi afirmou ainda que os paulistanos e paulistanas serão convidados a partir do plebiscito pelo fim do imposto sindical, parte da campanha da CUT por liberdade e autonomia sindical. "Quando as centrais sindicais foram reconhecidas durante o governo Lula aceitaram acabar com essa cobrança que enfraquece o movimento sindical. Agora, apenas a CUT quer honrar esse compromisso que é histórico, da luta contra um sindicalismo atrelado ao Estado. Por isso teremos urnas para os que forem ao centro de São Paulo poderem votar contra o imposto", disse.

A programação completa do Dia do Trabalhador no hotsite: www.1demaiocut2012.com.br